



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Processo Administrativo n.º 08059.002477/2015-51)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Departamento de Polícia Federal, por meio da Diretoria Técnico-Científica, sediado em Brasília/DF, instalada no SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538/2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 06/05/2016

Horário: 10:00h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição, via pregão eletrônico para registro de preços do tipo menor preço, de insumos gerais para o laboratório da Área de Perícias em Genética Forense-APGEF, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.3. que estejam reunidas em consórcio;

4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.5.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. valor unitário ;

5.6.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

5.6.2.1. em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

5.6.3. Marca;

5.6.4. Fabricante;

5.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazos de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor (unitário).
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta)

minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

6.14.1. produzidos no País;

6.14.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.14.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.15. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.16. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

6.16.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.3.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.3.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.6.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.7. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

8.4. Habilitação jurídica:

8.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.4.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.4.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.4.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.5.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

8.5.3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

8.5.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, via e-mail selic.ditec@dpf.gov.br, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias, após encerrado o prazo para o encaminhamento via e-mail;

8.6.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

8.7.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes,

na ordem de classificação, para os quais será concedido o mesmo prazo especial para a regularização da situação fiscal.

8.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.10. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10. DOS RECURSOS

10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do aceite do instrumento equivalente prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

13.2. Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

13.2.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do fornecedor registrado, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

13.4. Antes do aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5. Se o adjudicatário, no ato do aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14. DO PREÇO

14.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

14.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. O prazo de entrega para a remessa única dos bens (no caso de entrega integral) ou inicial (no caso de entrega programada), é de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato (caso haja) ou do recebimento da nota de empenho, no seguinte endereço:

Laboratório de Genética Forense/DITEC/DPF do Instituto Nacional de Criminalística, SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, CEP 70610-200, tel. (61) 2024-9842, no horário de 08:00 as 12:00 e 14:00 as 18:00 horas, mediante comunicação prévia para agendamento.

15.1.1. Para todos os itens, a entrega será única.

15.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) meses, ou 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante.

15.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de chegada ao destinatário, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência/Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

15.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

15.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

15.7. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.7.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

15.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. São obrigações da Contratante:

16.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

16.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

16.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

16.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem dos preços registrados em Ata.

16.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

- 17.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 17.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 17.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, qual seja 20 (vinte) dias corridos, o objeto com avarias ou defeitos;
- 17.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 17.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 17.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 17.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 17.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. DO PAGAMENTO

- 19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

- 20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 21.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.5. cometer fraude fiscal;
- 21.1.6. não manter a proposta.

21.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 21.2.2. multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 21.2.3. multa moratória de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o (30º) trigésimo dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades
- 21.2.4. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 21.2.5. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 21.2.6. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.2.7. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 21.2.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 21.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail selic.ditec@dpf.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Diretoria Técnico-Científica, Área de Licitação, instalada no SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Departamento de Polícia Federal, Área de Licitação, instalada no SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.9.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.9.2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços;

Brasília-DF, 25 de abril de 2016.

JOSÉ JAIR WERMANN
PERITO CRIMINAL FEDERAL
Diretor Técnico-Científico

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

(Processo Administrativo n.º08059.002477/2015-51)

4. DO OBJETO

4.1. Caracterização do Objeto

Aquisição, via pregão eletrônico para registro de preços do tipo menor preço, de insumos gerais para o laboratório da Área de Perícias em Genética Forense-APGEF, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Quadro 01- Descrição dos itens

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UN. MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	EXTRAN MA 02- Detergente concentrado EXTRAN MA 02 utilizado para banho de limpeza aquoso. Frasco com 5 litros.	Sem cadastro	Frasco com 05 litros	3 frascos
2	Hidróxido de sódio 97% (lentilhas) P.A - Hidróxido de sódio (NaOH), Nº CAS 1310-73-2. Frasco com 500 gramas.	Sem cadastro	Frasco com 500 gramas	1 frasco
3	Kit imuno-cromatográfico para detecção de esperma humano- PSA- Kit de reação altamente específica para detecção de esperma humano por imunocromatografia baseada em anticorpos anti PSA (antígeno prostrático específico). A reação não deverá gerar falso positivos com fluidos animais. O resultado positivo deve ser facilmente visualizado por meio de surgimento de cor. Devem ser incluídos todos os tampões e soluções necessários para uso do kit. Embalagem com 20 testes * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	335769	KIT com 20 testes	5 kits
4	kit imuno-cromatográfico para detecção de sangue humano- OBTI Sangue oculto- Kit para detecção de sangue humano – método imunocromatográfico específico para baseado em anticorpos anti-hemoglobina humana, de reação altamente específica, não gerando falso positivos com sangue de animais e validado para uso forense. O resultado positivo deve ser facilmente visualizado por meio de surgimento de cor. Devem estar inclusos todos os tampões e soluções necessários para uso do kit. Embalagem com 48 testes. * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	335034	KIT com 48 testes	8 kits
5	Luva para procedimentos em Nitrilo sem talco tamanho M (Médio)- Luva para procedimentos em Nitrilo sem pó, ambidestra, tamanho médio, acondicionadas em caixa tipo “dispenserbox”, com 100 unidades.	313653	Dispenser com 100 unidades	50 dispensers
6	Luva para procedimentos com talco tamanho G (grande)- Luva para procedimentos em látex, com talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades	269892	Dispenser com 100 unidades	40 dispensers

7	Luva para procedimentos com talco tamanho M (médio)- Luva para procedimentos em látex, com talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades	269893	Dispenser com 100 unidades	90 dispensers
8	Luva para procedimentos com talco tamanho PP (extra pequeno)- Luva para procedimentos em látex, com talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades	269891	Dispenser com 100 unidades	40 dispensers
9	Luva para procedimentos sem talco tamanho G (grande)- Luva para procedimentos em látex, sem talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades	323980	Dispenser com 100 unidades	60 dispensers
10	Luva para procedimentos sem talco tamanho M (médio)- Luva para procedimentos em látex, sem talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades	337450	Dispenser com 100 unidades	70 dispensers
11	Luva para procedimentos sem talco tamanho P (Pequeno)- Luva para procedimentos em látex, sem talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades	375935	Dispenser com 100 unidades	25 dispensers
12	Máscara cirúrgica descartável- Máscara cirúrgica com eficiência de filtragem bacteriana (EFB) maior que 95%, dotada de clip nasal de 14 cm em alumínio e com tiras elásticas. Embalagem com 50 unidades.	354096	Dispenser com 50 unidades	30 dispensers
13	Microtubos 0,2 mL (200 microlitros)- Tubo de polipropileno para PCR com 0,2 mL de capacidade, com parede ultrafina, livre de DNase e RNase, baixa retenção de DNA, autoclavável, graduado, transparente. Resistente à autoclavagem por 15 minutos à 121°C e 15 psi, sem deformação. Resistente à centrifugação a 20.000 g. Tampa externa com superfície reta. Pré-esterilizado, acondicionado em saco com fecho tipo “zip lock”. Embalagem com 1000 unidades. * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	408180	Embalagem com 1000 unidades	10 embalagens
14	Filme selador autoadesivo de alumínio para placas de PCR 96 poços (Aluminium Adhesive Film for PCR 96 well plate)- Filme selador adesivo de alumínio para placas 96 poços. Perfurável com ponteira da pipeta sem deixar material adesivo na ponteira; deve suportar temperatura -40° a 120° C; deve ser de fácil retirada da placa após o PCR. Embalagem com 100 unidades * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	Sem cadastro	embalagem com 100 unidades	4 embalagens
15	Ponteira com filtro (barreira) de volume de 01 a 10ul (microlitros)- Ponteira de polipropileno virgem para volumes de 01 até 10µL (microlitros), com filtro (barreira), esterilizadas, livres de RNase e de DNase, de baixa retenção para DNA (compatível com pipetadores do tipo Gilson P 10). Embalagem com 96 unidades.	408694	Embalagem (RACK) com 96 unidades	200 embalagens
16	Ponteira com filtro (barreira) de volume de 01 a 20ul (microlitros)- Ponteira de polipropileno virgem para volumes de 01 até 20µL (microlitros), com filtro (barreira), esterilizadas, livres de RNase e de DNase, de baixa retenção para DNA (compatível com pipetadores do tipo Gilson P 20). Embalagem com 96 unidades.	Sem cadastro	Embalagem (RACK) com 96 unidades	50 embalagens
17	Fosfatase Alcalina Termossensível (Shrimp Alkaline Phosphatase – SAP) 01 U/uL para uso em biologia molecular. Embalagem com 1000 Unidades de reação enzimática (U).	353880	Frasco com 1000 Unidades de reação enzimática	6 frascos

18	Suabe- Suabes com extremidade revestida com algodão estéril, embalado individualmente, com cabo plástico flexível de até 15 centímetros. O cabo plástico deverá ser de fácil quebra, de forma a permitir o fechamento de microtubo de 1,5 e 2,0 ml com a “cabeça” de algodão em seu interior. Os suabes devem ser embalados individualmente e encaminhados em pacotes com de 100 unidades. * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	396142	Embalagem com 100 unidades	120 embalagens
19	Tris Base - fórmula C ₄ H ₁₁ NO ₃ , grau biologia molecular (pureza >99,8%), pó branco cristalino. Frasco com 500 gramas.	Sem cadastro	Frasco de 500 gramas	2 frascos
20	Tubo Falcon 15 mL- Tubo tipo Falcon de polipropileno transparente, graduado, com capacidade de 15 mL, livre de DNase, RNase, pirogênicos e toxinas, fundo cônico não sustentável, com tampa rosqueável e etiqueta de identificação de amostra. Autoclavável a 121° Celsius por até 20 minutos. Embalagem com 25 unidades. * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	409051	Embalagem com 25 unidades	20 embalagens
21	Indicador de verificação de ciclo de vapor- Emulador/indicador com fitas auto adesivo para monitorar ciclos de esterilização a vapor- Emulador químico (integrador classe 6) desenvolvido para a monitorização e avaliação dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor. Avalia ciclos específicos de exposição de pelo menos 5,3 minutos a 134°C e 15 minutos a 121°C. Quando a esterilização for bem sucedida a área teste mudará de amarelo para azul escuro/roxo uniforme. Apresentação: Caixa com 25 unidades (fitas) autoadesivas. * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	339652	Embalagem com 25 unidades	3 embalagens
22	Lâmina para Bisturi nº15- Lâminas para bisturi estéril em aço Carbono, nº15, compatível com cabo nº3. Embalagem com 100 unidades.	273178	Embalagem com 100 unidades	20 embalagens
23	Mistura FENOL, CLOROFÓRMIO e ÁLCOOL ISOAMÍLICO respectivamente na proporção 25:24:1 - Mistura de Fenol, Clorofórmio e Álcool isoamílico na proporção 25:24:1, saturado com 10 mM TRIS, PH 8,0, 1 mM EDTA. Para biologia molecular. Livre de DNase. Frasco com 400 mililitros.	392729	Frasco com 400 ml	3 frascos
24	Elemento filtrante em polipropileno- Elemento filtrante em polipropileno com grau de filtração ≥ 5 micra a < 15 micra, com vazão mínima de 200 litros/hora. Dimensões: diâmetro 75 mm; altura 230 mm. Embalagem com unidade.	38156	Unidade	10 unidades

1.2.Da sustentabilidade ambiental

1.2.1. Os itens constantes neste termo de referência podem ser separados em dois grupos para efeitos de análise quanto à sustentabilidade ambiental: Químicos e Plásticos. Dentre os químicos, os itens 1, 2 e 23 apresentam os maiores volumes de aquisição, entretanto são utilizados em alíquotas extremamente pequenas em cada exame pericial, e assim mesmo descartadas com tratamento específico para resíduos químicos. Os outros produtos químicos (itens 2, 4, 17 e 19) são comercializados em pequenos volumes, considerando-se desprezível o impacto ambiental.

1.2.2. Quanto aos plásticos, a especificidade do setor demanda produtos, em sua grande maioria, proveniente de plástico virgem, com finalidade de evitar contaminação durante os exames genéticos, ou ação de inibidores

de reações provenientes de matéria prima impura. Apesar disso, a coleta dos destes insumos, que são descartáveis, é realizado por empresa especializada em coleta/tratamento de lixo hospitalar.

5. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO DOS BENS

5.1.1. Esta aquisição se refere a materiais básicos e reagentes de Biologia Molecular que possuem uso corriqueiro no laboratório da Área de Perícias em Genética Forense do Instituto Nacional de Criminalística. São itens essenciais à análise pericial de materiais biológicos relacionados a ilícitos penais, como sangue, ossos, pedaços de tecido e fios de cabelo encontrados em locais de crime e em outras análises em genética forense efetuadas pelo Laboratório.

5.1.2. É relevante considerar a necessidade do aporte constante de materiais e reagentes supramencionados, pois além de prazos de validade limitadas, a demanda do laboratório pode variar em função de eventos imprevisíveis, como desastres em massa. Por tais fatos, torna-se relevante a adoção de Sistema de Registro de Preço, com validade de 12 (doze) meses, de acordo com o disposto no artigo 3º, inciso I do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

5.1.3. Deve-se ressaltar a urgência na compra de diversos desses materiais uma vez que alguns dos itens já se esgotaram e outros apresentam estoque próximo do fim, o que compromete sobremaneira a elaboração de qualquer análise a ser efetuada pelo laboratório de genética forense.

5.2. JUSTIFICATIVA PARA O QUANTITATIVO DOS BENS

5.2.1. As quantidades dos produtos a serem adquiridos foram estipuladas considerando: 1) Informações contidas no Sistema Criminalística – SisCrim, que é o sistema oficial de gerenciamento de documentações e materiais utilizado por todas as unidades de perícia do Departamento de Polícia Federal. Tal sistema possui relatório informativo com o número de casos pendentes sendo que em média, são processadas cinco amostras por caso, estimando-se, portanto, a quantidade de insumos a serem adquiridos; 2) mensuração do consumo dos insumos em estoque, mediante comparação do levantamento anual de estoque do exercício 2014 com o 2015; 3) Planejamento para a operacionalização de identificações criminais com fulcro na Lei nº 12.654/2012; 4) acréscimo de servidores que foram removidos para a Área de Perícia em Genética Forense, aumentando significativamente o consumo de insumos por unidade de tempo.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. De acordo com o parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520 de 2002, consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Os itens que compõem o objeto deste certame, são considerados bens comuns.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. O prazo de entrega para a remessa única dos bens (no caso de entrega integral) ou inicial (no caso de entrega programada), é de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato (caso haja) ou do recebimento da nota

de empenho, no seguinte endereço: Laboratório de Genética Forense/DITEC/DPF do Instituto Nacional de Criminalística, SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, CEP 70610-200, tel. (61) 2024-9842, no horário de 08:00 as 12:00 e 14:00 as 18:00 horas, mediante comunicação prévia para agendamento.

7.1.1. Para todos os itens, a entrega será única.

7.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) meses, ou 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante.

7.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de chegada ao destinatário, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência/Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA AVALIAÇÃO DE CUSTOS

8.1. O custo estimado total da presente aquisição é de **R\$ 40.934,81 (quarenta mil novecentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos)**.

Quadro 02- Propostas e valores

Item	Descrição	
1	EXTRAN MA 02	
	QUANTITATIVO TOTAL: 3 frascos (5 litros cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (litros): 5 Valor unitário por embalagem: R\$ 399,99 Valor unitário por litro: R\$ 79,998 P/ 15 litros = 15 x 79,998 = R\$ 1.199,97
	2ª PROPOSTA	Apresentação (litros): 5 Valor unitário por embalagem: R\$ 208,52 Valor unitário por litro: R\$ 41,704 P/ 15 litros = 15 x 41,704 = R\$ 625,56
	3ª PROPOSTA	Apresentação (litros): 5 Valor unitário por embalagem: R\$ 248,01 Valor por litro: 49,602 P/ 15 litros = 15 x 49,602 = R\$ 744,03
	MÉDIA PARA ITEM 1:	R\$ 856,520
2	Hidróxido de sódio 97% (lentilhas) P.A	
	QUANTITATIVO TOTAL: 1 frasco de 500 gramas.	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (gramas): 500 gramas Valor unitário por embalagem: R\$ 28,00

		Valor unitário por grama: 0,056 P/ 500 gramas = $500 \times 0,056 = \text{R\$ } 28,00$
	2ª PROPOSTA	Apresentação (gramas): 25 gramas Valor unitário por embalagem: R\$ 4,40 Valor unitário por grama: 0,176 P/ 500 gramas = $500 \times 0,176 = \text{R\$ } 88,00$
	3ª PROPOSTA	Apresentação (gramas): 500 gramas Valor unitário por embalagem: R\$ 15,43 Valor unitário por grama: 0,031 P/ 500 gramas = $500 \times 0,031 = \text{R\$ } 15,43$
	MÉDIA PARA ITEM 2:	R\$ 43,810
3	Kit imuno-cromatográfico para detecção de espermatozoides humano- PSA	
	QUANTITATIVO TOTAL: 5 kits (20 testes cada) = 100 testes	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (testes): 35 testes Valor unitário por embalagem: R\$ 209,00 Valor por teste: R\$ 5,971 P/ 100 testes = $5,971 \times 100 = \text{R\$ } 597,14$
	2ª PROPOSTA	Apresentação (testes): 20 testes Valor unitário por embalagem: R\$ 78,00 Valor por teste: R\$ 3,900 P/ 100 testes = $3,900 \times 100 = \text{R\$ } 390,00$
	3ª PROPOSTA	Apresentação (testes): 20 testes Valor unitário por embalagem: R\$ 107,80 Valor por teste: R\$ 5,390 P/ 100 testes = $5,390 \times 100 = \text{R\$ } 539,00$
	MÉDIA PARA ITEM 3:	R\$ 508,714
4	Kit imuno-cromatográfico para detecção de sangue humano- OBTI Sangue oculto	
	QUANTITATIVO TOTAL: 8 kits (com 48 testes cada) = 384 testes	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (testes): 20 testes Valor unitário por embalagem: R\$ 115,50 Valor por teste: R\$ 5,775 P/ 384 testes = $5,775 \times 384 = \text{R\$ } 2.217,60$
	2ª PROPOSTA	Apresentação (testes): 25 testes Valor unitário por embalagem: R\$ 149,00 Valor por teste: R\$ 5,960 P/ 384 testes = $5,960 \times 384 = \text{R\$ } 2.288,64$
	3ª PROPOSTA	Apresentação (testes): 20 testes Valor unitário por embalagem: R\$ 129,00 Valor por teste: R\$ 6,450 P/ 384 testes = $6,450 \times 384 = \text{R\$ } 2.476,80$
	MÉDIA PARA ITEM 4:	R\$ 2.327,680
5	Luva para procedimentos em Nitrilo sem talco tamanho M (Médio)	
	QUANTITATIVO TOTAL: 50 dispensers (com 100 luvas cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 24,50 Valor por luva: R\$ 0,245 P/ 5000 luvas = $0,245 \times 5000 = \text{R\$ } 1.225,00$
	2ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 19,49 Valor por luva: 0,195 P/ 5000 luvas = $0,195 \times 5000 = \text{R\$ } 974,50$
	3ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 24,00

		Valor por luva: R\$ 0,240 P/ 5000 luvas = 0,240 x 5000 = R\$ 1.200,00
	MÉDIA PARA ITEM 5:	R\$ 1.133,167
6	Luva para procedimentos com talco tamanho G (grande)	
	QUANTITATIVO TOTAL: 40 dispensers (com 100 luvas cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 16,10 Valor por luva: R\$ 0,161 P/ 4000 luvas = 0,161 x 4000= R\$ 644,00
	2ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 26,43 Valor por luva: R\$0,264 P/ 4000 luvas = 0,264 x 4000 = R\$ 1057,20
	3ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 19,90 Valor por luva: R\$ 0,199 P/ 4000 luvas = 0,199 x 4000= R\$ 796,00
	MÉDIA PARA ITEM 6:	R\$ 832,400
7	Luva para procedimentos com talco tamanho M (médio)	
	QUANTITATIVO TOTAL: 90 dispensers (com 100 luvas cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 18,95 Valor por luva: R\$0,190 P/ 9000 luvas = 0,190 x 9000= R\$ 1.705,50
	2ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 26,43 Valor por luva: R\$0,264 P/ 9000 luvas = 0,264 x 9000= R\$ 2.378,70
	3ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 16,10 Valor por luva: R\$0,161 P/ 9000 luvas = 0,161 x 9000= R\$ 1.449,00
	MÉDIA PARA ITEM 7:	R\$ 1.844,400
8	Luva para procedimentos com talco tamanho PP (extra pequeno)	
	QUANTITATIVO TOTAL: 40 dispensers (com 100 luvas cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 21,90 Valor por luva: R\$0,219 P/ 4000 luvas = 0,219 x 4000= R\$ 876,00
	2ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 16,10 Valor por luva: R\$0,161 P/ 4000 luvas = 0,161 x 4000= R\$ 644,00
	3ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 26,43 Valor por luva: R\$0,264 P/ 4000 luvas = 0,264 x 4000= R\$ 1057,20
	MÉDIA PARA ITEM 8:	R\$ 859,067
9	Luva para procedimentos sem talco tamanho G (grande)	
	QUANTITATIVO TOTAL: 60 dispensers (com 100 luvas cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 34,57 Valor por luva: R\$0,346 P/ 6000 luvas = 0,346 x 6000= R\$ 2.074,20

	2ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 26,90 Valor por luva: R\$0,269 P/ 6000 luvas = $0,269 \times 6000 =$ R\$ 1.614,00
	3ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 31,90 Valor por luva: R\$0,319 P/ 6000 luvas = $0,319 \times 6000 =$ R\$ 1.914,00
	MÉDIA PARA ITEM 9:	R\$ 1.867,400
	Luva para procedimentos sem talco tamanho M (médio)	
10	QUANTITATIVO TOTAL: 70 dispensers (com 100 luvas cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 31,90 Valor por luva: R\$ 0,319 P/ 7000 luvas = $0,319 \times 7000 =$ R\$ 2.233,00
	2ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 26,90 Valor por luva: R\$0,269 P/ 7000 luvas = $0,269 \times 7000 =$ R\$ 1.883,00
	3ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 34,57 Valor por luva: R\$0,346 P/ 7000 luvas = $0,346 \times 7000 =$ R\$ 2.419,90
	MÉDIA PARA ITEM 10:	R\$ 2.178,633
	Luva para procedimentos sem talco tamanho P (Pequeno)	
11	QUANTITATIVO TOTAL: 25 dispensers (com 100 luvas cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 34,59 Valor por luva: R\$0,346 P/ 2500 luvas = $0,346 \times 2500 =$ R\$ 864,75
	2ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 26,90 Valor por luva: R\$0,269 P/ 2500 luvas = $0,269 \times 2500 =$ R\$ 672,5
	3ª PROPOSTA	Apresentação (luva): 100 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 26,30 Valor por luva: R\$0,263 P/ 2500 luvas = $0,263 \times 2500 =$ R\$ 657,50
	MÉDIA PARA ITEM 11:	R\$ 731,583
12	Máscara cirúrgica descartável	
	QUANTITATIVO TOTAL: 30 dispensers (com 50 máscaras cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (máscara): 50 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 5,68 Valor por máscara: R\$0,114 P/ 1500 máscaras = $0,114 \times 1500 =$ R\$ 170,40
	2ª PROPOSTA	Apresentação (máscara): 50 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 5,94 Valor por máscara: R\$0,119 P/ 1500 máscaras = $0,119 \times 1500 =$ R\$ 178,20
	3ª PROPOSTA	Apresentação (máscara): 50 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 9,90 Valor por máscara: R\$0,198 P/ 1500 máscaras = $0,198 \times 1500 =$ R\$ 297,00
	MÉDIA PARA ITEM 12:	R\$ 215,200

Microtubos 0,2 mL (200 microlitros)	
QUANTITATIVO TOTAL: 10 embalagens (com 1000 unidades cada)	
13	1ª PROPOSTA
	Apresentação (microtubo): 1000 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 180,60 Valor por microtubo: R\$ 0,181 P/ 10000 microtubos = 0,181 x 10000 = R\$ 1806,00
	2ª PROPOSTA
	Apresentação (microtubo): 1000 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 108,90 Valor por microtubo: R\$ 0,109 P/ 10000 microtubos = 0,109 x 10000 = R\$ 1089,00
	3ª PROPOSTA
	Apresentação (microtubo): 1000 unidades Valor unitário por embalagem: R\$ 252,00 Valor por microtubo: R\$ 0,252 P/ 10000 microtubos = 0,252 x 10000 = R\$ 2.520,00
MÉDIA PARA ITEM 13: R\$ 1.805,000	
Filme selador autoadesivo de alumínio para placas de PCR 96 poços	
QUANTITATIVO TOTAL: 4 embalagens (100 unidades cada)	
14	1ª PROPOSTA
	Apresentação (filme): 100 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 441,00 Valor por filme: R\$ 4,410 P/ 400 filmes = 4,410 x 400 = R\$ 1.764,00
	2ª PROPOSTA
	Apresentação (filme): 100 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 721,00 Valor por filme: R\$ 7,210 P/ 400 filmes = 7,210 x 400 = R\$ 2.884,00
	3ª PROPOSTA
	Apresentação (filme): 100 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 508,69 Valor por filme: R\$ 5,087 P/ 400 filmes = 5,087 x 400 = R\$ 2.034,76
MÉDIA PARA ITEM 14: R\$ 2.227,587	
Ponteira com filtro (barreira) de volume de 01 a 10ul (microlitros)	
QUANTITATIVO TOTAL: 200 embalagens (com 96 unidades cada)	
15	1ª PROPOSTA
	Apresentação (ponteira): 96 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 35,00 Valor por ponteira: R\$ 0,365 P/ 19200 ponteiros = 0,365 x 19200 = R\$ 7.000,00
	2ª PROPOSTA
	Apresentação (ponteira): 96 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 59,88 Valor por ponteira: R\$ 0,624 P/ 19200 ponteiros = 0,624 x 19200 = R\$ 11.976,00
	3ª PROPOSTA
	Apresentação (ponteira): 96 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 32,47 Valor por ponteira: R\$ 0,338 P/ 19200 ponteiros = 0,338 x 19200 = R\$ 6.494,00
MÉDIA PARA ITEM 15: R\$ 8.490,000	
Ponteira com filtro (barreira) de volume de 01 a 20ul (microlitros)	
QUANTITATIVO TOTAL: 50 embalagens (com 96 unidades cada)	
16	1ª PROPOSTA
	Apresentação (ponteira): 96 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 33,21 Valor por ponteira: R\$ 0,346 P/ 4800 ponteiros = 0,346 x 4800 = R\$ 1.660,50
	2ª PROPOSTA
	Apresentação (ponteira): 96 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 32,47 Valor por ponteira: R\$ 0,338

		P/ 4800 ponteiras = $0,338 \times 4800 = R\$1.623,5$
	3ª PROPOSTA	Apresentação (ponteira): 960 unidades Valor unitário da caixa: R\$505,56 Valor por ponteira: R\$0,527 P/ 4800 ponteiras = $0,527 \times 4800 = R\$2.527,8$
	4ª PROPOSTA	Apresentação (ponteira): 96 unidades Valor unitário da embalagem: R\$23,00 Valor por ponteira: R\$0,240 P/ 4800 ponteiras = $0,240 \times 4800 = R\$1.150,00$
	MÉDIA PARA ITEM 16:	R\$ 1.740,450
17	Fosfatase Alcalina Termossensível 01 U/uL	
	QUANTITATIVO TOTAL: 6 frascos (1000 U “unidade de reação” cada) = 6000 U	
	1ª PROPOSTA:	Apresentação (unidade de reação): 1000 U Valor unitário da embalagem: R\$ 776,00 Valor unitário por reação: 0,776 P/ 6000 U = $0,776 \times 6000 = R\$ 4.656,00$
	2ª PROPOSTA	Apresentação (unidade de reação): 1000 U Valor unitário da embalagem: R\$ 652,20 Valor unitário por reação: 0,652 P/ 6000 U = $0,652 \times 6000 = R\$ 3.913,20$
	3ª PROPOSTA	Apresentação (unidade de reação): 1000 U Valor unitário da embalagem: R\$ 909,53 Valor unitário por reação: 0,910 P/ 6000 U = $0,910 \times 6000 = R\$ 5.457,18$
	4ª PROPOSTA	Apresentação (unidade de reação): 500 U Valor unitário da embalagem: R\$ 604,11 Valor unitário por reação: 1,208 P/ 6000 U = $1,208 \times 6000 = R\$ 7.249,32$
	MÉDIA PARA ITEM 17:	R\$ 5.318,925
18	Suabe	
	QUANTITATIVO TOTAL: 120 embalagens (com 100 suabes cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (suabes): 100 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 17,90 Valor por suabe: R\$ 0,179 P/ 12000 suabes = $0,179 \times 12000 = R\$ 2.148,00$
	2ª PROPOSTA	Apresentação (suabes): 100 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 22,00 Valor por suabe: R\$ 0,220 P/ 12000 suabes = $0,220 \times 12000 = R\$ 2.640,00$
	3ª PROPOSTA	Apresentação (suabes): 100 unidades Valor unitário da embalagem: R\$ 18,00 Valor por suabe: R\$ 0,180 P/ 12000 suabes = $0,180 \times 12000 = R\$ 2.160,00$
	MÉDIA PARA ITEM 18:	R\$ 2.316,000
19	Tris Base	
	QUANTITATIVO TOTAL: 2 frascos (com 500 gramas cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (gramas): 500 gramas Valor unitário do frasco: R\$ 383,00 Valor por grama: R\$ 0,766 P/ 1000 gramas = $0,766 \times 1000 = R\$ 766,00$
	2ª PROPOSTA	Apresentação (gramas): 500 gramas Valor unitário do frasco: R\$ 184,00 Valor por grama: R\$ 0,368 P/ 1000 gramas = $0,368 \times 1000 = R\$ 368,00$

	3ª PROPOSTA	Apresentação (gramas): 500 gramas Valor unitário do frasco: R\$ 229,00 Valor por grama: R\$ 0,458 P/ 1000 gramas = $0,458 \times 1000 =$ R\$ 458,00
	MÉDIA PARA ITEM 19:	R\$ 530,667
20	Tubo Falcon 15 mL	
	QUANTITATIVO TOTAL: 20 embalagens (25 tubos cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (tubos): 25 tubos Valor unitário da embalagem: R\$ 37,72 Valor por tubo: R\$ 1,509 P/ 500 tubos = $1,509 \times 500 =$ R\$ 754,40
	2ª PROPOSTA	Apresentação (tubos): 25 tubos Valor unitário da embalagem: R\$ 35,75 Valor por tubo: R\$ 1,430 P/ 500 tubos = $1,430 \times 500 =$ R\$ 715,00
	3ª PROPOSTA	Apresentação (tubos): 25 tubos Valor unitário da embalagem: R\$ 40,13 Valor por tubo: R\$ 1,605 P/ 500 tubos = $1,605 \times 500 =$ R\$ 802,60
	MÉDIA PARA ITEM 20:	R\$ 757,333
21	Indicador de verificação de ciclo de vapor	
	QUANTITATIVO TOTAL: 3 embalagens (25 testes cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (teste indicador): 25 testes Valor unitário da embalagem: R\$ 115,00 Valor por teste indicador: R\$ 4,600 P/ 75 testes = $4,600 \times 75 =$ R\$ 345,00
	2ª PROPOSTA	Apresentação (teste indicador): 25 testes Valor unitário da embalagem: R\$ 115,00 Valor por teste indicador: R\$ 4,600 P/ 75 testes = $4,600 \times 75 =$ R\$ 345,00
	3ª PROPOSTA	Apresentação (teste indicador): 25 testes Valor unitário da embalagem: R\$ 115,00 Valor por teste indicador: R\$ 4,600 P/ 75 testes = $4,600 \times 75 =$ R\$ 345,00
	MÉDIA PARA ITEM 21:	R\$ 345,000
22	Lâmina para Bisturi nº15	
	QUANTITATIVO TOTAL: 20 embalagens (100 unidades cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (lâminas): 100 unidades Valor unitário da embalagem: R\$28,88 Valor por lâmina: R\$ 0,289 P/ 2000 lâminas = $0,289 \times 2000 =$ R\$ 577,60
	2ª PROPOSTA	Apresentação: embalagem com 100 unidades Valor unitário da embalagem: R\$25,30 Valor por lâmina: R\$ 0,253 P/ 2000 lâminas = $0,253 \times 2000 =$ R\$ 506,00
	3ª PROPOSTA	Apresentação: embalagem com 100 unidades Valor unitário da embalagem: R\$28,06 Valor por lâmina: R\$ 0,281 P/ 2000 lâminas = $0,281 \times 2000 =$ R\$ 561,20
	MÉDIA PARA ITEM 22:	R\$ 548,267
23	Mistura FENOL, CLOROFÓRMIO e ÁLCOOL ISOAMÍLICO respectivamente na proporção 25:24:1	
	QUANTITATIVO TOTAL: 3 frascos (400 ml cada)	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (mililitros): 400ml

		Valor unitário da embalagem: R\$ 1.200,00 Valor por mililitro: 3,000 P/ 1200 mililitros = 3,000 x 1200= R\$ 3.600,00
	2ª PROPOSTA	Apresentação (mililitros): 400ml Valor unitário da embalagem: R\$ 1.150,51 Valor por mililitro: 2,876 P/ 1200 mililitros = 2,876 x 1200 = R\$ 3.451,53
	3ª PROPOSTA	Apresentação (mililitros): 400ml Valor unitário da embalagem: R\$ 843,00 Valor por mililitro: 2,108 P/ 1200 mililitros = 2,108 x 1200= R\$ 2529,00
	MÉDIA PARA ITEM 23:	R\$ 3.193,510
24	Elemento filtrante em polipropileno	
	QUANTITATIVO TOTAL: 10 unidades	
	1ª PROPOSTA	Apresentação (elemento filtrante): 1 unidade Valor unitário da embalagem: R\$ 33,90 Valor por elemento filtrante: 33,900 P/ 10 unidades = 33,900 x 100= R\$ 339,00
	2ª PROPOSTA	Apresentação (elemento filtrante): 1 unidade Valor unitário da embalagem: R\$ 21,25 Valor por elemento filtrante: 21,250 P/ 10 unidades = 21,250 x 10= R\$ 212,50
	3ª PROPOSTA	Apresentação (elemento filtrante): 1 unidade Valor unitário da embalagem: R\$ 23,90 Valor por elemento filtrante: 23,900 P/ 10 unidades = 23,900 x 10= R\$ 239,00
	MÉDIA PARA ITEM 24:	R\$ 263,500
SOMA DOS VALORES MÉDIOS DOS ITENS 01 a 24		R\$ 40.934,813

8.2. Os custos estimados foram apurados a partir de mapa de preços, elaborado com base em orçamentos recebidos e pesquisa em páginas da internet de empresas especializadas.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem dos preços registrados em Ata.

9.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

10.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, qual seja 20 (vinte) dias corridos, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.1.6. não manter a proposta.

14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

- 14.2.3. multa moratório de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, após o (30º) trigésimo dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
- 14.2.4. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.5. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.6.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.7. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 14.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília 30 de março de 2016.

KÁTIA MICHELIN
PERITA CRIMINAL FEDERAL
Responsável da Área de Perícias de Genética Forense
Classe Especial – Matrícula: 9497

De acordo.

MAURO MENDONÇA MAGLIANO
PERITO CRIMINAL FEDERAL
Responsável pela Divisão de Perícias
Classe Especial – Matrícula: 10.367

Aprovo este Termo de Referência em _____ de _____ de 2016.

JOSÉ JAIR WERMANN
Diretor Técnico-Científico
PERITO CRIMINAL FEDERAL

|

ANEXO II
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O Departamento de Polícia Federal, por meio da Diretoria Técnico-Científica, sediado em Brasília/DF, instalada no SAIS, Quadra 07, Lote 23, Setor Policial Sul, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.494/0087-06, neste ato representada pelo seu Diretor, Sr. **JOSÉ JAIR WERNANN**, CPF 297.801.360-53 e C.I. 401.301.5112 SSP/RS, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 3068, de 31 de julho de 2012, DG/DPF, publicada no Boletim de Serviço nº 148, de 01 de agosto de 2012, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2016, publicada no DOU de/...../2016, processo administrativo n.º 08059.002477/2015-51, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição, via pregão eletrônico para registro de preços do tipo menor preço por item, de insumos gerais para o laboratório da Área de Perícias em Genética Forense-APGEF, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 03/2016, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Quadro 01- Descrição dos itens

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UN. MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	EXTRAN MA 02- Detergente concentrado EXTRAN MA 02 utilizado para banho de limpeza aquoso. Frasco com 5 litros.	Sem cadastro	Frasco com 05 litros	3 frascos	
2	Hidróxido de sódio 97% (lentilhas) P.A - Hidróxido de sódio (NaOH), N° CAS 1310-73-2. Frasco com 500 gramas.	Sem cadastro	Frasco com 500 gramas	1 frasco	

3	<p>Kit imuno-cromatográfico para detecção de esperma humano- PSA- Kit de reação altamente específica para detecção de esperma humano por imunocromatografia baseada em anticorpos anti PSA (antígeno prostrático específico). A reação não deverá gerar falso positivos com fluidos animais. O resultado positivo deve ser facilmente visualizado por meio de surgimento de cor. Devem ser incluídos todos os tampões e soluções necessários para uso do kit. Embalagem com 20 testes</p> <p>* Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.</p>	335769	KIT com 20 testes	5 kits	
4	<p>kit imuno-cromatográfico para detecção de sangue humano- OBTI Sangue oculto- Kit para detecção de sangue humano – método imunocromatográfico específico para baseado em anticorpos anti-hemoglobina humana, de reação altamente específica, não gerando falso positivos com sangue de animais e validado para uso forense. O resultado positivo deve ser facilmente visualizado por meio de surgimento de cor. Devem estar inclusos todos os tampões e soluções necessários para uso do kit. Embalagem com 48 testes.</p> <p>* Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.</p>	335034	KIT com 48 testes	8 kits	
5	<p>Luva para procedimentos em Nitrilo sem talco tamanho M (Médio)- Luva para procedimentos em Nitrilo sem pó, ambidestra, tamanho médio, acondicionadas em caixa tipo “dispenserbox”, com 100 unidades.</p>	313653	Dispenser com 100 unidades	50 dispensers	
6	<p>Luva para procedimentos com talco tamanho G (grande)- Luva para procedimentos em látex, com talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades</p>	269892	Dispenser com 100 unidades	40 dispensers	
7	<p>Luva para procedimentos com talco tamanho M (médio)- Luva para procedimentos em látex, com talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades</p>	269893	Dispenser com 100 unidades	90 dispensers	
8	<p>Luva para procedimentos com talco tamanho PP (extra pequeno)- Luva para procedimentos em látex, com talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades</p>	269891	Dispenser com 100 unidades	40 dispensers	
9	<p>Luva para procedimentos sem talco tamanho G (grande)- Luva para procedimentos em látex, sem talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades</p>	323980	Dispenser com 100 unidades	60 dispensers	

10	Luva para procedimentos sem talco tamanho M (médio)- Luva para procedimentos em látex, sem talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades	337450	Dispenser com 100 unidades	70 dispensers	
11	Luva para procedimentos sem talco tamanho P (Pequeno)- Luva para procedimentos em látex, sem talco, ambidestra, acondicionadas em embalagem tipo “dispenser-box”, com 100 unidades	375935	Dispenser com 100 unidades	25 dispensers	
12	Máscara cirúrgica descartável- Máscara cirúrgica com eficiência de filtração bacteriana (EFB) maior que 95%, dotada de clip nasal de 14 cm em alumínio e com tiras elásticas. Embalagem com 50 unidades.	354096	Dispenser com 50 unidades	30 dispensers	
13	Microtubos 0,2 mL (200 microlitros)- Tubo de polipropileno para PCR com 0,2 mL de capacidade, com parede ultrafina, livre de DNase e RNase, baixa retenção de DNA, autoclavável, graduado, transparente. Resistente à autoclavagem por 15 minutos à 121°C e 15 psi, sem deformação. Resistente à centrifugação a 20.000 g. Tampa externa com superfície reta. Pré-esterilizado, acondicionado em saco com fecho tipo “zip lock”. Embalagem com 1000 unidades. * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	408180	Embalagem com 1000 unidades	10 embalagens	
14	Filme selador autoadesivo de alumínio para placas de PCR 96 poços (Aluminium Adhesive Film for PCR 96 well plate)- . Filme selador adesivo de alumínio para placas 96 poços. Perfurável com ponteira da pipeta sem deixar material adesivo na ponteira; deve suportar temperatura -40° a 120° C; deve ser de fácil retirada da placa após o PCR. Embalagem com 100 unidades * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	Sem cadastro	embalagem com 100 unidades	4 embalagens	
15	Ponteira com filtro (barreira) de volume de 01 a 10ul (microlitros)- Ponteira de polipropileno virgem para volumes de 01 até 10µL (microlitros), com filtro (barreira), esterilizadas, livres de RNase e de DNase, de baixa retenção para DNA (compatível com pipetadores do tipo Gilson P 10). Embalagem com 96 unidades.	408694	Embalagem (RACK) com 96 unidades	200 embalagens	
16	Ponteira com filtro (barreira) de volume de 01 a 20ul (microlitros)- Ponteira de polipropileno virgem para volumes de 01 até 20µL (microlitros), com filtro (barreira), esterilizadas, livres de RNase e de DNase, de baixa retenção para DNA (compatível com pipetadores do tipo Gilson P 20). Embalagem com 96 unidades.	Sem cadastro	Embalagem (RACK) com 96 unidades	50 embalagens	

17	Fosfatase Alcalina Termossensível (Shrimp Alkaline Phosphatase – SAP) 01 U/uL para uso em biologia molecular. Embalagem com 1000 Unidades de reação enzimática (U).	353880	Frasco com 1000 Unidades de reação enzimática	6 frascos	
18	Suabe- Suabes com extremidade revestida com algodão estéril, embalado individualmente, com cabo plástico flexível de até 15 centímetros. O cabo plástico deverá ser de fácil quebra, de forma a permitir o fechamento de microtubo de 1,5 e 2,0 ml com a “cabeça” de algodão em seu interior. Os suabes devem ser embalados individualmente e encaminhados em pacotes com de 100 unidades. * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	396142	Embalagem com 100 unidades	120 embalagens	
19	Tris Base - fórmula $C_4H_{11}NO_3$, grau biologia molecular (pureza >99,8%), pó branco cristalino. Frasco com 500 gramas.	Sem cadastro	Frasco de 500 gramas	2 frascos	
20	Tubo Falcon 15 mL- Tubo tipo Falcon de polipropileno transparente, graduado, com capacidade de 15 mL, livre de DNase, RNase, pirogênicos e toxinas, fundo cônico não sustentável, com tampa rosqueável e etiqueta de identificação de amostra. Autoclavável a 121° Celsius por até 20 minutos. Embalagem com 25 unidades. * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	409051	Embalagem com 25 unidades	20 embalagens	
21	Indicador de verificação de ciclo de vapor- Emulador/indicador com fitas auto adesivo para monitorar ciclos de esterilização a vapor- Emulador químico (integrador classe 6) desenvolvido para a monitorização e avaliação dos ciclos de esterilização em autoclaves a vapor. Avalia ciclos específicos de exposição de pelo menos 5,3 minutos a 134°C e 15 minutos a 121°C. Quando a esterilização for bem sucedida a área teste mudará de amarelo para azul escuro/roxo uniforme. Apresentação: Caixa com 25 unidades (fitas) autoadesivas. * Poderão ser requeridas amostras para averiguar a compatibilidade do produto ofertado com as especificações estabelecidas no edital.	339652	Embalagem com 25 unidades	3 embalagens	
22	Lâmina para Bisturi nº15- Lâminas para bisturi estéril em aço Carbono, nº15, compatível com cabo nº3. Embalagem com 100 unidades.	273178	Embalagem com 100 unidades	20 embalagens	
23	Mistura FENOL, CLOROFÓRMIO e ÁLCOOL ISOAMÍLICO respectivamente na proporção 25:24:1 - Mistura de Fenol, Clorofórmio e Álcool isoamílico na proporção 25:24:1, saturado com 10 Mm TRIS, PH 8,0, 1 mM EDTA. Para biologia molecular. Livre de DNase. Frasco com 400 mililitros.	392729	Frasco com 400 ml	3 frascos	

24	Elemento filtrante em polipropileno- Elemento filtrante em polipropileno com grau de filtração ≥ 5 micra a < 15 micra, com vazão mínima de 200 litros/hora . Dimensões: diâmetro 75 mm; altura 230 mm. Embalagem com unidade.	38156	Unidade	10 unidades	
----	--	-------	---------	-------------	--

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da publicação no DOU, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)